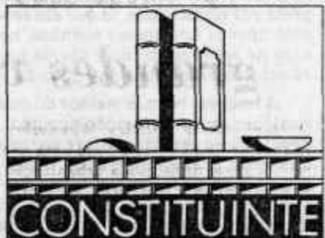


Amaral e Righi acusam Cardoso de autoritário

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Henrique Cardoso uma alteração que ele fez com relação às normas provisórias, em vigor, e o regimento interno definitivo — que deverá ser votado, salvo acordo dos líderes em contrário, até terça ou quarta-feira — referente aos pedidos de informação.

Segundo uma emenda que ele mesmo apresentou às normas provisórias, esses pedidos de informação passaram a ser feitos diretamente ao presidente da República, através do presidente da Constituinte. Fernando Henrique Cardoso restabeleceu o princípio de que esses requerimentos



Soberania da Constituinte, um dos temas analisados na reunião da Executiva do PMDB

deverem ser encaminhados ao ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

O líder do PTB, Gastone Righi, ao falar na sessão, protestou contra o que chamou de burocracia da Constituinte, isto é, o número de vezes que uma mesma proposta será votada e emendada a partir dos trabalhos das subcomissões, passando pelas comissões constitucionais temáticas, Comissão de Sistematização, o plenário e novamente a Comissão de Sistematização para dar parecer final. Ele disse que isso vai repre-

sentar perda de tempo e a duplicidade de trabalho na Constituinte. A soberania da Constituinte — que poderia emendar, por maioria absoluta, a atual Constituição antes da promulgação da nova —, que o relator deixou de lado no seu parecer substitutivo, foi reclamada tanto pelo PDS como pelo PDT, que denunciariam o acordo do grupo pró-soberania com a liderança do PMDB para acatar o substitutivo de Fernando Henrique Cardoso como — na expressão do deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ) — uma "soberania breznéviana, uma soberania pela metade, limitada".

O PDT apresentou sua posição favorável à convocação de autoridades do governo para serem ouvidas pelo plenário da Constituinte, e vai pedir a supressão do capítulo das sessões secretas, que o partido não admite. Também o quórum proposto pelo relator para requerimentos de informação teve o protesto do PDT e do PDS porque prevê que somente partidos ou líderes de 56 constituintes (dez por cento da Constituinte) poderão apresentar os requerimentos, o que somente permitiria ao PMDB e ao PFL fazê-los.

O presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, defendendo a soberania da Assembleia Constituinte, reafirmou na reunião sua proposta de prioridade aos trabalhos de elaborar a nova Carta e limitar as atividades da Câmara e do Senado — uma comissão da Câmara e outra do Senado poderiam funcionar para decidir sobre matérias relevantes.

Amara Neto ocupou a tribuna para protestar, também, contra o discurso, na véspera, do presidente José Sarney para explicar a moratória, afirmando que somente nos regimes "comunistas e fascistas o governo vem a público dizer que fazer oposição, criticar medidas ou homens do governo é traição". O líder do PDS também cobrou do relator Fernando

CONSTITUINTE

Amara Neto ocupou a tribuna para protestar, também, contra o discurso, na véspera, do presidente José Sarney para explicar a moratória, afirmando que somente nos regimes "comunistas e fascistas o governo vem a público dizer que fazer oposição, criticar medidas ou homens do governo é traição". O líder do PDS também cobrou do relator Fernando

MINISTROS

Os ministros de Estado permaneceram ontem em Brasília, por recomendação do presidente José Sarney, feita na quinta-feira, antes do anúncio da moratória. Todos ficaram de prontidão em suas residências.

ELIANA LUCENA

Com o mesmo fôlego demonstrado pela CNBB, que decidiu criar uma comissão de acompanhamento à Constituinte, e ao mesmo tempo acionou uma cadeia de emissoras católicas para divulgar boletins diários sobre as discussões no Congresso, o arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Salles, esteve reunido, na semana passada, com 18 parlamentares católicos que decidiram criar uma Frente Parlamentar Católica para atuar em defesa das principais teses defendidas pela Igreja. Embora a CNBB venha afirmando que pretende contar com a colaboração de todos os parlamentares — os constituintes foram convidados para uma reunião terça-feira, em Brasília, com a presidência da entidade —, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) já deixou claro que a frente parlamentar criada no Rio de Janeiro vai atuar de forma independente e não aceitará "ser atropelada pela CNBB".

"A iniciativa da CNBB de criar uma comissão para acompanhar a Constituinte não partiu de nós, os leigos, enquanto a Frente Católica surgiu a partir de uma idéia que levei a dom Eugênio Salles, que nos deu todo apoio." Ela afirma que este grupo, que na última quinta-feira esteve reunido em Brasília na casa do senador Afonso Camargo (PMDB-PR), conta com a participação de parlamentares de vários partidos, não sendo integrado apenas por "católicos conservadores".

"Só não temos gente do PC DO B", disse a deputada, após citar alguns parlamentares engajados: Alvaro Valle (PFL-RJ), Antônio Carlos Reis (PDS-SC), César Maia (PDT-RJ), Egdio Ferreira Lima (PMDB-PE), Jonas Pinheiro, (PFL-MT), Noel



Soberania da Constituinte, um dos temas analisados na reunião da Executiva do PMDB

Ulysses deixa reunião para ir ao médico

O presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, deixou a reunião das bancadas de seu partido por volta das 13h30, dirigindo-se diretamente ao departamento médico para tratar de um torçoculo que o incomodou durante toda a manhã.

Anteontem à noite, Ulysses foi examinar as emendas e o substitutivo ao Regimento Interno da Constituinte no Centro de Processamento de Dados (Prodasen). Indagado se ouvia a fala presidencial de onde estava, respondeu: "Não deu muito bem, a TV não estava boa. Vou ler o pronunciamento no jornal".

Durante a manhã de ontem, também as bancadas do PMDB e do PDT se reuniram para examinar o regimento. Além dos 15 parlamentares do PDT e 173 do PMDB, agitaram os corredores da Câmara, ontem pela manhã, cerca de 50 funcionários das lideranças dos dois partidos, pessoal de apoio parlamentar e da administração da Casa, aqui incluídas as secretarias da Mesa e da presidência, das comissões, da sinopse, *Voz do Brasil* e outros departamentos diretamente ligados ao funcionamento da Câmara. Para as duas sessões plenárias da tarde o número de funcionários foi maior, envolvendo até pessoal da segurança, trabalhando em dois turnos.

MINISTROS

Os ministros de Estado permaneceram ontem em Brasília, por recomendação do presidente José Sarney, feita na quinta-feira, antes do anúncio da moratória. Todos ficaram de prontidão em suas residências.

ELIANA LUCENA

Com o mesmo fôlego demonstrado pela CNBB, que decidiu criar uma comissão de acompanhamento à Constituinte, e ao mesmo tempo acionou uma cadeia de emissoras católicas para divulgar boletins diários sobre as discussões no Congresso, o arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Salles, esteve reunido, na semana passada, com 18 parlamentares católicos que decidiram criar uma Frente Parlamentar Católica para atuar em defesa das principais teses defendidas pela Igreja. Embora a CNBB venha afirmando que pretende contar com a colaboração de todos os parlamentares — os constituintes foram convidados para uma reunião terça-feira, em Brasília, com a presidência da entidade —, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) já deixou claro que a frente parlamentar criada no Rio de Janeiro vai atuar de forma independente e não aceitará "ser atropelada pela CNBB".

"A iniciativa da CNBB de criar uma comissão para acompanhar a Constituinte não partiu de nós, os leigos, enquanto a Frente Católica surgiu a partir de uma idéia que levei a dom Eugênio Salles, que nos deu todo apoio." Ela afirma que este grupo, que na última quinta-feira esteve reunido em Brasília na casa do senador Afonso Camargo (PMDB-PR), conta com a participação de parlamentares de vários partidos, não sendo integrado apenas por "católicos conservadores".

"Só não temos gente do PC DO B", disse a deputada, após citar alguns parlamentares engajados: Alvaro Valle (PFL-RJ), Antônio Carlos Reis (PDS-SC), César Maia (PDT-RJ), Egdio Ferreira Lima (PMDB-PE), Jonas Pinheiro, (PFL-MT), Noel

Liderança acha fórmula para acalmar "xiitas"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O preâmbulo do projeto de regimento interno afirma que "nesta fase de transição institucional os constituintes — delegados do povo — têm o poder para sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembleia Constituinte, no cumprimento da missão histórica que lhes foi conferida". Foi esta a fórmula encontrada pelas lideranças do PMDB para acalmar os ânimos dos "xiitas" do partido e seus aliados das esquerdas — PCB, PDT, PT, PC do B, PSB e uma minifacção do PDS. Para efeito externo, a Assembleia Constituinte é livre e soberana, na prática, nem tanto.

No texto do substitutivo de Fernando Henrique Cardoso — com a colaboração do deputado Nelson Jobim e do ex-deputado João Gilberto (ambos gaúchos), há obstáculos difíceis de serem superados, para viabilizar a soberania da Assembleia Constituinte.

Nas longas negociações, foi feito um acordo que não agradou aos chamados partidos ideológicos.

No art. 58 do projeto há a definição de "proposições", entre as quais "projetos de decisão". Essa denominação substituiu a polémica proposta de "resolução constitucional" — que abria caminho à reforma da atual Constituição pela Constituinte.

O que é projeto de decisão? Diz o projeto: "Projetos de decisão destinam-se a regular matéria de relevância para a Assembleia Constituinte, não compreendidas nas demais proposições, necessitando ter o apoio de um terço dos constituintes e serão submetidos a parecer prévio da Comissão de Sistematização, que o fará no prazo de cinco dias, cabendo ao plenário, em dois turnos de discussão e votação, e por maioria

absoluta (metade mais um) a decisão final, sendo arquivado, definitivamente, se receber parecer contrário".

Traduzindo: somente poderá ser apresentado "projeto de decisão" com o apoio, pelo menos, de 180 constituintes. Para lograr a aprovação, será necessário o voto "sim" de 280 constituintes, no mínimo.

Será muito difícil as esquerdas apresentarem projeto de decisão alterando o atual texto constitucional, para restabelecer, por exemplo, as prerrogativas do Legislativo, revogar os dispositivos que tiraram do decreto-lei, das medidas de emergência, do estado de emergência e, ainda, fixar nova duração do mandato presidencial.

Somados, os "xiitas" não passariam 120, 130 votos. Não haveria nem mesmo condições regimentais para formalizar projetos de decisão. Ainda que pudesse acontecer, por descuido ou arroubos oposicionistas de parte do PFL, do PTB, do PDC e do PL, as lideranças da Aliança Democrática não se descuidariam. "Fariam tudo para evitar que 280 constituintes aprovassem projeto de decisão, mesmo sob a alegação de que se trata de "matéria de relevância para a Assembleia Constituinte".

No substitutivo Fernando Henrique Cardoso há a evidente preocupação de limitar as atividades dos pequenos partidos ideológicos — no máximo 60 constituintes. Para o simples pedido de destaque, para votação em separado, de partes do projeto da Constituição, será obrigatório o apoio de 10% do plenário — 56 constituintes. Poderá ser difícil.

Além disso, só serão admitidos requerimentos de urgência quando assinados, no mínimo, pela maioria dos membros da Mesa ou de qualquer comissão e, por 94 constituintes "ou líderes que representem esse número". Só as bancadas do PMDB e do PFL possuem bancadas com mais de 94 constituintes.

Igreja atua em frentes opostas

Carvalho (PDT-RJ), Manoel Castro (PFL-BA), Meira Filho (PFL-DF) e Maria Abadia (PFL-DF).

Para Sandra Cavalcanti, a CNBB, ao tentar reunir todos os parlamentares, "deve ter ficado assustada com a organização de um grupo que surgiu sem o seu conhecimento".

Embora tenha participado da reunião no Rio de Janeiro, quando a frente foi criada, o arcebispo de Brasília, dom José Freire Falcão, garante que o grupo deverá engajar-se no trabalho que a CNBB vem executando. Ele não admite falar em "grupo paralelo" e demonstra até irritação quando abordado sobre o assunto. A CNBB, por sua vez, não discute, oficialmente, a questão.

Entre os parlamentares que desde o início apóiam os trabalhos da CNBB — entre eles Luiz Carlos Sigmaringa Seixas (PMDB-DF) e Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) — a postura é de expectativa. Eles acham que no momento a entidade está procurando reunir o maior número possível de parlamentares para discutir os temas que considera fundamentais para a Constituinte e, por isso, não tem interesse em apontar conflitos que naturalmente surgirão durante os trabalhos. Pessoas ligadas à CNBB, no entanto, já encaram como diferentes as posições que vêm sendo tomadas pela Frente Parlamentar Católica e os parlamentares mais ligados à CNBB. "Achamos que no momento a luta deve estar concentrada em garantir a soberania da Constituinte e a ampla participação popular na elaboração da nova Carta", afirmou uma fonte, "sem isso, a Constituinte iniciará o seu trabalho sem força". Segundo está mesma fonte, o grupo católico, esta mais empenhado em discutir questões que passarão a ter importância num segundo momento, como o direito à vida: o direito à propriedade e a fun-

ção social da terra; ensino religioso nas escolas e outros temas. "Eles estão querendo começar a construção da casa pelo teto".

O coordenador da comissão de acompanhamento à Constituinte da CNBB, padre Virgílio Uchoa, mostra que todo o esforço está voltado, agora, para a discussão do regimento interno da Constituinte e também assinalar a sua preocupação com a marginalização imposta no Congresso aos constituintes mais comprometidos com as aspirações populares.

Sobre o papel da Igreja, ele não aceita a identificação de um lobby da CNBB no Congresso. No convite que enviou aos parlamentares para o encontro terça-feira ele afirma que "buscar caminhos e apresentar princípios, em face da missão evangelizadora da Igreja, não se confunde com o lobby". Ele prefere chamar de "convívio com os constituintes" o trabalho intenso de sua assessoria e a presença diária de parlamentares na sede da CNBB.

Da reunião de terça-feira, que contará também com a participação de vinte bispos da Comissão Episcopal de Pastoral, ele acredita que poderão surgir propostas de trabalho conjunto, inclusive a formação de comissões que discutiriam com a CNBB temas específicos da Constituinte. "A Igreja não abre mão de alertar sobre as pressões que envolvem o Congresso constituinte, e isso ficou bem definido no documento aprovado pelo episcopado brasileiro em abril do ano passado, em Itaipá. "Por uma Nova Ordem Constitucional", afirma o padre Virgílio. No documento, os bispos reconhecem a "autonomia responsável que cabe aos leigos cristãos", mas afirmam que os bispos não podem deixar de dar a sua contribuição para uma sociedade justa e fraterna. Brasília — Ag. Estado